

# Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva

Reinaldo Gonçalves<sup>1</sup>

Neste artigo apresenta-se e discute-se a *hipótese de inserção regressiva do Brasil no sistema mundial de comércio*. O processo de inserção regressiva envolve tanto a significativa perda de competitividade internacional da indústria brasileira, quanto o fenômeno da reprimarização da pauta exportadora. Discute-se, ainda, dois argumentos principais. O primeiro é que a inserção regressiva do Brasil não foi ainda maior devido ao Mercosul. O segundo argumento é que o medíocre desempenho internacional da indústria brasileira resulta, principalmente, das condições desfavoráveis pelo lado da oferta. O lado da demanda, restrição de acesso ao mercado mundial, tem tido uma influência secundária.

Há um conjunto importante de estudos sobre as características e o desempenho do comércio exterior brasileiro no passado recente (ver o fichamento de trabalhos feitos por Bonelli e Hahn, 2000). No que se refere ao desempenho das exportações, alguns estudos recentes (e.g., Fonseca e Velloso, 1998; Nonnenberg, 1998) têm chamado atenção para a perda de competitividade internacional da economia brasileira, bem como os seus determinantes. A contribuição específica deste trabalho é discutir a queda de competitividade internacional no âmbito da hipótese de inserção regressiva do Brasil no sistema mundial de comércio. Os temas tratados são os seguintes: produtividade e competitividade, influência da integração regional (Mercosul), reprimarização, tendências de longo prazo, determinantes do desempenho, e o papel das economias de escala.

## 1. Produtividade e competitividade

A economia brasileira tem perdido competitividade internacional: a participação das exportações do País no total das exportações mundiais reduziu-se de 0,96% em 1997 para 0,94% em 1998, e 0,86% em 1999. Esta é uma perda significativa. A queda de 1998-99 é particularmente relevante na medida em que a perda de competitividade internacional do País é acompanhada da redução do valor absoluto das exportações durante dois anos consecutivos. A receita de exportação reduziu-se de US\$ 53 bilhões em 1997 para US\$ 51 bilhões em 1998, e US\$ 48 bilhões em 1999.

Esta queda relativa e absoluta das exportações durante dois anos consecutivos é, até certo ponto, paradoxal na medida em que economia brasileira apresentou um aumento extraordinário da produtividade ao longo dos anos 90, principalmente, a partir de meados da década (Carvalho e Feijó, 1999; Dias e Amaral, 1999, p. 239; IBQP-PR, 2000). É bem verdade que os ganhos de produtividade parecem estar relacionados à uma certa ineficiência dinâmica da economia brasileira na medida em que, de modo geral, o aumento de produtividade está associado a um crescimento modesto (ou medíocre) da produção, níveis baixos de investimento, crescente desemprego, e incremento modesto da capacitação tecnológica e organizacional (Lacerda, 1998; Muniz, 2000).

Há diversas causas para este aumento da produtividade, sendo que os destaques são a modernização do aparelho produtivo e a abertura comercial. A modernização está relacionada à introdução de novas técnicas de produção e novos métodos de organização (Salm, Sabóia e Carvalho, 1997). No caso da indústria, cabe destacar ainda a influência da redução do tamanho das plantas, bem como a terceirização (Ferraz *et al*, 1999). Na agricultura, vale mencionar o uso mais intensivo do fator terra, bem como o desenvolvimento tecnológico “tanto novas variedades adaptadas às regiões de fronteira agrícola (principalmente regiões de cerrados) como os tratamentos culturais complementares dessas novas variedades.” (Dias e Amaral, 1999, p. 240). Não há dúvida que a abertura comercial, associada a uma significativa apreciação cambial até 1999, permitiu a importação de insumos industriais e agrícolas de melhor qualidade e, portanto, foi um dos determinantes do aumento de produtividade.

---

<sup>1</sup> Professor titular de Economia Internacional da UFRJ. Este artigo sintetiza resultados de uma análise mais abrangente apresentada no livro do autor, *O Brasil e o Comércio Internacional. Transformações e Perspectivas*, São Paulo, Ed. Contexto, 2000.

Apesar do aumento de produtividade, houve queda da competitividade internacional das exportações brasileiras, que pode ser vista por meio da participação dessas exportações no total das exportações mundiais. A participação do Brasil no comércio mundial (exportações) reduziu-se de uma média de 0,96% em 1990-94 para 0,92% em 1995-99 (TABELA 1). Na realidade, parece ter havido uma reversão de tendência na medida em que a participação das exportações brasileiras no comércio mundial cresceu ao longo da primeira metade da década de 90 e mostrou sinais de queda tendencial a partir de 1995.

## **2. Integração regional (Mercosul)**

A perda de competitividade internacional do Brasil deve ser qualificada a partir da análise da distribuição geográfica do comércio exterior brasileiro, bem como da composição da pauta de exportação. O processo de integração regional (Mercosul) envolve um tratamento preferencial aos participantes do processo (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). A discriminação positiva da integração regional implica em uma mudança dos preços relativos e, portanto, tem um efeito desvio de comércio. Desta forma, países que participam do processo substituem fornecedores internacionais com custos mais baixos. O resultado é o efeito criação de comércio no âmbito da região.

O fato de grande relevância é que a perda de competitividade internacional da economia brasileira é ainda maior se descontarmos a influência da criação do Mercosul em 1991. Conforme assinalado, a participação brasileira no sistema mundial de comércio caiu de 0,96% em 1990-94 para 0,92% em 1995-99, isto é, houve uma perda de 4 pontos de centésimo de percentagem. Ocorre que a participação do Brasil no comércio mundial extra-Mercosul reduziu-se de 0,87% em 1990-94 para 0,78% em 1995-99 (TABELA 1), isto é, houve uma perda de 9 pontos de centésimo de percentagem. Assim, a criação do Mercosul representou um ganho de 5 pontos de centésimo de percentagem no comércio mundial e, portanto, funcionou como um "freio" à queda de competitividade internacional do Brasil.

As exportações brasileiras para o Mercosul mostram uma tendência de crescente dinamismo ao longo dos anos 90. O impacto do comércio no Mercosul sobre a competitividade internacional do Brasil cresceu de 3 pontos de centésimo de percentagem em 1990 para 16 pontos em 1997 e 1998 (TABELA 2, última coluna). Em 1999 há uma forte queda da importância relativa do Mercosul como resultado da grave crise cambial que atingiu os países membros deste esquema de integração econômica.

Apresentando o problema de outra forma, pode-se afirmar que com o Mercosul, a competitividade internacional do Brasil reduz-se de 4% entre a primeira e a segunda metade da década de 90 (a comparação é entre as participações no comércio mundial de 0,96% e 0,92%, respectivamente). Nesse mesmo período e na ausência do comércio intra-Mercosul, a competitividade internacional da economia brasileira teria se reduzido de 10% (compara-se a participação do Brasil no comércio extra-Mercosul de 0,87% em 1990-94 com a correspondente participação de 0,78% em 1995-99).

Considerando um comércio mundial extra-Mercosul da ordem de US\$ 5,5 trilhões, a redução da competitividade internacional de 9 pontos de centésimo de percentagem significa uma perda de receita de exportação da ordem de US\$ 5 bilhões anualmente. Ademais, tendo em conta o PIB brasileiro de US\$ 556 bilhões em 1999, a perda de competitividade internacional representaria cerca de 1% do PIB.

## **3. Reprimarização**

Ainda que as estatísticas disponíveis indiquem um crescimento da produtividade industrial maior do que a produtividade agrícola, o fato é que os produtos agrícolas brasileiros mostraram uma nítida tendência de aumento da competitividade internacional ao longo dos anos 90 (TABELA 3). A participação do Brasil no comércio mundial de produtos agrícolas aumentou de 2,43% em 1990-94 para 2,92% em 1995-98. Por outro lado, os produtos manufaturados mostram uma tendência de aumento na primeira metade da década de 90, mas uma queda ao longo da segunda metade da

década. A participação média das exportações brasileiras no comércio mundial de manufaturados reduziu-se de 0,76% em 1990-94 para 0,68% em 1995-98.

Tais indicadores confirmam, na realidade, o argumento a respeito da “reprimarização” do padrão de comércio internacional brasileiro. Deve-se notar, ainda, que houve uma mudança na composição da pauta de exportações brasileiras. A participação média dos manufaturados reduziu-se de 55,1% em 1990-94 para 53,1% em 1995-98, enquanto a participação dos produtos agrícolas aumentou de 29,8% e 33,8% no mesmo período (rever TABELA 1). Deve-se ressaltar que os produtos agrícolas ganharam 4 pontos de percentagem no valor das exportações brasileiras, sendo que 2 pontos de percentagem correspondem à perda dos produtos manufaturados.

A perda de competitividade do Brasil também envolve o grupo “outros produtos”, que inclui mineração (minérios, minerais não-metálicos e petróleo, bem como ouro, armas e munições). A participação brasileira no comércio mundial de “outros produtos” reduziu-se de 0,83% em 1990-94 para 0,72% em 1995-98. Esse grupo também experimentou uma redução na sua participação na receita total de exportações do Brasil, de 15,1% em 1990-94 para 13,1% em 1995-98. Assim, o ganho relativo dos produtos agrícolas deveu-se também à perda de participação da mineração e de outros produtos exportados pelo País.

Neste sentido, a reprimarização da economia brasileira pode ser vista por dois aspectos. O primeiro reflete a perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e o ganho dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. O segundo expressa a mudança da estrutura de exportações com a maior participação relativa dos produtos agrícolas e a menor participação dos manufaturados.

#### 4. Tendências

Para verificarmos até que ponto o desempenho das exportações brasileiras na segunda metade dos anos 90 representa a manutenção ou a reversão de tendências de longo prazo, cabe apresentar uma análise das taxas de crescimento de longo prazo das exportações brasileiras com base em diferentes tipos de classificação.

Tomando como referência a classe de uso do produto, verifica-se que a tendência de longo prazo (1980-98) era um desempenho favorável dos produtos manufaturados e semimanufaturados exportados pelo Brasil (TABELA 4). A taxa anual de crescimento de longo prazo do valor das exportações desses dois grupos de produtos foi de 6,26% e 9,62%, respectivamente, enquanto as taxas correspondentes para produtos básicos e o total das exportações eram de 2,49% e 5,48%. Este desempenho superior dos manufaturados e semimanufaturados também se expressa nos indicadores de quantidade e preço.

Neste sentido, mesmo considerando que o grupo de produtos básicos inclui outros produtos (e.g., minérios), além dos agrícolas, e que nos semimanufaturados há vários produtos do setor de alimentos (i.e., produtos agrícolas processados), tais dados indicam que a reprimarização da segunda metade dos anos 90 parece ser uma reversão da tendência de longo prazo.

Considerando as exportações brasileiras segundo a categoria de uso do produto, pode-se verificar que a tendência era de um desempenho mais favorável dos produtos manufaturados dos setores de bens de capital e bens e consumo durável (TABELA 4). As taxas de crescimento médio anual de longo prazo do valor das exportações brasileiras de bens de capital e de bens de consumo duráveis foram de 7,70% e 6,02% respectivamente. Os bens intermediários e os bens de consumo não-duráveis tiveram taxas de crescimento médio anual de longo prazo do valor das suas exportações de 5,90% e 4,66%, respectivamente. Ainda que em termos de evolução da quantidade exportada o quadro não seja conclusivo, em termos de evolução dos preços, os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis apresentaram as maiores taxas de crescimento de longo prazo.

Assim, em termos tanto de valor como de preços, a tendência era de um desempenho superior de categorias de uso de produto (bens de capital e bens de consumo duráveis) que estão associadas a maiores coeficientes de valor agregado, maior componente tecnológico, e menor uso, tanto de recursos naturais como trabalho de baixa qualificação. A reprimarização dos últimos anos é, portanto, uma reversão de tendência.

Neste ponto, cabe analisar as tendências de longo prazo das exportações brasileiras com base na intensidade no uso de fatores de produção. A tendência de longo prazo era, claramente, um desempenho inferior dos produtos de exportação intensivos no uso de recursos naturais (TABELA 4). Tal resultado é evidente no que se refere a valor, preço e quantidade. Esses produtos, associados à agropecuária e à indústria de alimentos, têm uma taxa anual de crescimento de longo prazo do valor das exportações de 2,86%, enquanto o total da receita de exportações cresceu à taxa de 5,48% ao ano. Produtos intensivos no uso de capital, tecnologia e economias de escala do setor industrial tiveram taxas de crescimento do valor das exportações superiores a 7%. No que se refere ao crescimento da quantidade exportada, os produtos intensivos em recursos naturais tiveram uma taxa de crescimento de longo prazo que foi, praticamente, a metade das taxas observadas para os outros grupos de produtos. Por fim, no que diz respeito à evolução dos preços, o grupo de produtos intensivos em recursos naturais foi o único com evolução negativa dos preços.

Assim, a reprimarização da inserção do Brasil no sistema mundial de comércio internacional que ocorreu nos últimos anos, parece ser uma reversão da tendência de longo prazo experimentada pelo País.

## 5. Determinantes do desempenho

O desempenho das exportações brasileiras de manufaturados depende, em grande medida, de condições pelo lado da oferta, fundamentalmente, da capacidade produtiva e a rentabilidade do comércio exterior. As exportações de produtos agrícolas, por seu turno, parecem ser mais influenciadas por variáveis exógenas pelo lado da demanda, a saber, pelo nível de renda mundial e pelos preços internacionais (Cavalcanti e Ribeiro, 1998).

Os fatos acima indicam que a perda de dinamismo das exportações brasileiras de manufaturados pode ser atribuída, principalmente, a variáveis como taxa de câmbio e taxa de investimento.

A rentabilidade das exportações depende dos preços em dólares dos produtos brasileiros, do custo da exportação e da taxa de câmbio. Na segunda metade dos anos 90 a estratégia de abertura comercial, financeira e cambial do governo provocou uma significativa apreciação cambial entre 1994 e 1998, que foi seguida de uma maxidesvalorização em 1999. O índice de rentabilidade do total das exportações brasileiras caiu 11,1% entre a primeira e a segunda metade dos anos 90 (Funcex, 2000). A apreciação cambial foi o determinante principal deste resultado. Nesse mesmo período, a apreciação cambial média foi da ordem de 12,1%. Se descontarmos a maxidesvalorização de 1999, a apreciação cambial média na segunda metade dos anos 90 foi de 18,5%.

No que se refere à evolução da capacidade produtiva, os dados mostram claramente a perda de dinamismo do processo de acumulação de capital no Brasil na segunda metade dos anos 90. A taxa anual de crescimento real da formação bruta de capital fixo foi de 3,6% no período 1995-99, que é praticamente um-terço da taxa observada nos anos 70 (Gonçalves, 2000, tabela 10). Deve-se notar que as taxas relativamente altas de crescimento do investimento em 1993-94 ocorrem em um contexto de expansão do gasto estimulado pelo processo de quase-hiperinflação do período. A elevada taxa de 1995 pode ser explicada pelo defasagem dos investimentos com relação ao crescimento da renda em 1993-94. Vale ainda mencionar que a taxa média anual de investimento foi de 16,8% no período 1995-99, que é significativamente menor do que as taxas historicamente observadas na economia brasileira, principalmente, nos anos 70 e no início dos anos 80, que foram da ordem de 20%.

Os preços internacionais também podem ter um impacto importante sobre a competitividade internacional. A questão reside na relação entre a evolução dos preços recebidos pelos produtores brasileiros e os preços recebidos pelos seus competidores no mercado internacional. No que diz respeito aos produtos manufaturados, a evidência indica que não houve deterioração dos preços dos produtos manufaturados exportados pelo Brasil relativamente aos preços recebidos pelos seus competidores (TABELA 5). Muito pelo contrário, entre a primeira a segunda metade dos anos 90, houve uma melhora dos preços relativos dos manufaturados brasileiros em relação aos preços internacionais da ordem de 9,7%. De fato, os preços internacionais dos manufaturados cresceram 5,0% nesse período, enquanto os preços dos produtos brasileiros aumentaram 14,9%. Isso significa

que a perda de competitividade internacional do Brasil no mercado mundial de manufaturados deve-se à evolução desfavorável das quantidades exportadas.

De fato, os dados sobre evolução da quantidade exportada de manufaturados brasileiros parecem confirmar o argumento acima (TABELA 5). No período em consideração, o *quantum* do comércio mundial de manufaturados cresceu 39,0%, enquanto o das exportações brasileiras cresceu 17,5%. Neste sentido, parece haver uma crescente rigidez pelo lado da oferta de exportação de produtos manufaturados brasileiros. Este ponto é tratado em mais detalhes na próxima seção.

A evolução dos preços dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil é distinta na medida em que os preços dos produtos brasileiros de exportação tendem a ser os preços internacionais. Neste sentido, o ganho de competitividade internacional do Brasil é explicado, fundamentalmente, pela evolução favorável das quantidades exportadas (Gonçalves, 2000), capítulo 5).

## 6. Competitividade e mudanças no padrão de comércio

A economia brasileira tinha, como trajetória de longo prazo, uma mudança no seu padrão de comércio internacional no sentido de um *upgrading*. Essa melhora do padrão de comércio refletia-se, fundamentalmente, em uma redução da participação relativa dos produtos intensivos no uso de recursos naturais no total da receita de exportações do País. Os outros grupos de produtos – intensivos em trabalho, capital e tecnologia – experimentaram, de forma generalizada, uma crescente participação na pauta de exportações brasileiras. Tal tendência manifestou-se claramente ao longo dos anos 80 e prolongou-se até meados da década de 90.

Para ilustrar, a participação relativa dos produtos intensivos no uso de recursos naturais reduziu-se de 42,7% em 1980 para 25,4% em 1990 (TABELA 6). Em 1994 e 1998 esta participação oscilou em torno de 26,5%. Por outro lado, a participação dos produtos intensivos em trabalho aumentou de 10,1% em 1980 para 13,4% em 1990, e para cerca de 15% em 1994 e 1998. A participação dos produtos intensivos em capital mostrou uma tendência de crescimento até 1990, que não se sustentou ao longo da década. A única manutenção de tendência observada nos anos 90 é a dos produtos intensivos no uso de tecnologia, cuja participação nas exportações brasileiras cresceu ao longo das décadas de 80 e 90 (de 17,5% em 1980 para 25,8% em 1998).

Os dados acima indicam, na realidade, uma interrupção da tendência de melhora do padrão de comércio internacional do Brasil nos anos 90 e, principalmente, durante a segunda metade da década. O caso de maior presença relativa dos produtos intensivos em tecnologia parece ser a exceção que confirma a regra. Na segunda metade dos anos 90 não se altera a participação relativa dos produtos intensivos em recursos naturais, e reduz-se a participação desses produtos tanto em trabalho como em capital.

Para ilustrar o argumento acima, vale tomar quatro casos específicos. Dois setores (siderurgia e têxtil) fazem parte do grupo de produtos intensivos no uso de capital, e dois outros setores (produtos automotivos e máquinas e equipamentos de transporte) estão no grupo de produtos intensivos em tecnologia. Os dados mostram que o Brasil perdeu significativa competitividade internacional no mercado mundial de produtos siderúrgicos a partir de 1995 (OMC, 1999). Isto significa, na realidade, uma reversão de tendência.

No caso do setor têxtil, a perda de competitividade internacional é menos evidente e ocorreu a partir de 1995. Entretanto, no setor têxtil a peculiaridade fica por conta do fato de que o Brasil, que era um exportador líquido até meados da década de 90, passou a ser, a partir de então, importador líquido. Pelo lado das importações, o Brasil triplicou sua participação no mercado internacional de produtos têxteis (OMC, 1999, p. 127).

No que se refere aos produtos intensivos em tecnologia, os dois casos mencionados ilustram situações distintas em termos de competitividade internacional. No caso do setor de máquinas e equipamentos de transporte, o ganho de competitividade internacional dos produtos brasileiros é pouco evidente. A participação brasileira no mercado mundial era de 0,5% em 1990 e 1995 e aumentou para 0,6% em 1998.

O destaque maior é o da indústria automobilística. Os produtos automotivos brasileiros tinham tido uma perda significativa de competitividade ao longo dos anos 80, como resultado, em grande medida, da eliminação dos enormes subsídios e incentivos à exportação de produtos manufaturados (Baumann e Moreira, 1987). A participação do Brasil nas exportações mundiais caiu de 1,1% em 1980 para 0,6% em 1990. Ao longo dos anos 90 houve, no entanto, uma recuperação das exportações brasileiras de produtos automotivos, que resultou em um expressivo ganho de competitividade internacional. A indústria automobilística foi, sem dúvida alguma, a que realizou um dos processos de reestruturação produtiva mais significativos nos anos 90. Cabe destacar, todavia, que este setor é dominado por empresas estrangeiras e beneficiou-se do comércio intra-firma por meio da criação do Mercosul. Como indicador, pode-se mencionar que o coeficiente de comércio entre filiais brasileiras e argentinas aumentou de 1,9% em 1989 para 43,3% em 1997 (Hiratuka, 1999, Tabela 5). Isto significa que cerca de metade das exportações brasileiras do setor automobilístico em 1997 estava orientada para o mercado argentino na forma de comércio intra-firma.

## 7. Adaptação regressiva e economias de escala

No início deste trabalho chamou-se atenção para o aumento extraordinário da produtividade no Brasil ao longo dos anos 90. Este fato é importante para o comércio exterior na medida em que ele pode estar na origem de um tradicional círculo virtuoso: o aumento de produtividade causa o incremento das exportações que, por seu turno, provoca expansão da produção e aumento de ganhos de escala, o que gera mais aumento de produtividade. Tal círculo virtuoso seria particularmente importante no caso da indústria brasileira, que tem um enorme potencial de expansão do mercado interno. O problema é que este círculo virtuoso não se manifestou na economia brasileira nos anos 90, apesar de todo o aumento de produtividade.

A evidência apresentada mostra o fraco desempenho das exportações brasileiras de manufaturados, principalmente expresso na perda de competitividade internacional na segunda metade dos anos 90. Pode-se apresentar evidência adicional que mostra que o círculo virtuoso não ocorreu no Brasil. O enorme aumento da produtividade industrial não foi acompanhado por um crescimento correspondente da produção. A taxa média (aritmética) de crescimento da produção industrial foi de 1,8% em 1990-94 e 1,6% em 1995-99. De fato, o aumento de produtividade tem tido como determinante principal a redução do nível de emprego industrial, e não o aumento da produção. Para ilustrar, a taxa de desemprego na indústria aumentou de 5,9% em 1990-91 para 6,4% em 1995-96, e para 9,0% em 1998-99 (*Conjuntura Econômica*, fevereiro de 2000, Anexo, p. 19).

Os fatos acima sugerem que, no lugar de se tratar a evolução da estrutura industrial brasileira como um processo de reestruturação e de modernização, talvez seja mais adequado fazer referência a um fenômeno de adaptação regressiva do sistema produtivo. O indicador mais evidente deste processo é que tem havido uma queda da taxa de investimento da economia brasileira a partir de 1995. A lógica microeconômica de reação das empresas tem sido “acelerar a terceirização, abandonar linhas de produtos, fechar unidades, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, fusões ou transferência de controle acionário e reduzir custos, sobretudo de mão-de-obra.” (Mattoso, 1999)

A perda da importância relativa dos produtos associados a ganhos de escala na pauta de exportações brasileiras tende a convergir com esta interpretação.

Pelo lado das exportações, pode-se considerar o desempenho relativo dos produtos de exportação que se caracterizam por ganhos significativos de aumento de escala de produção. A evidência disponível mostra que a taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações dos produtos marcados por economias de escala de 8,0% no período 1980-98. Esta taxa é significativamente maior do que a taxa correspondente para o total das exportações brasileiras (5,48%). Esses produtos também apresentaram um desempenho superior à média em termos tanto da quantidade como do preço (rever TABELA 4). De fato, a participação desses produtos aumentou de 24,2% em 1980 para 34,0% em 1990, e 36,7% em 1998 (TABELA 6).

No entanto, o dinamismo relativo dos produtos marcados por ganhos de escala parece ter diminuído na segunda metade da década de 90. A participação média desses produtos no valor total das exportações brasileira reduziu-se de 35,4% em 1990-94 para 34,6% em 1995-98.

Deve-se ressaltar que, no caso de grandes empresas (do tipo “intensivas em escala”), que realizaram investimentos no passado recente, a evidência empírica disponível mostra resultados insatisfatórios. Segundo pesquisa baseada em uma amostra de 55 empresas industriais em São Paulo, os investimentos realizados no período 1996-98 pouco contribuíram para o aumento da competitividade internacional (Muniz, 2000). Quando houve investimento, este “mostrou-se insuficiente – em volume e natureza – para assegurar o crescimento econômico e a competitividade da indústria brasileira. Para ilustrar este ponto, observamos que do valor do investimento industrial realizado no estado de São Paulo no período 1996-98 apenas 26% destinou-se à instalação de novas plantas. Não menos importante tem sido o reduzido número de empresas que declararam concorrer em inovação, flexibilidade ou prazo. Somente 8% das empresas da amostra declararam concorrer baseadas em inovação. Os investimentos concentraram-se sobretudo em máquinas e equipamentos e almejam a elevada eficiência na produção. São de pouca expressão os dados que demonstram o aprofundamento do esforço tecnológico e organizacional próprio” (Ibid, p. 256-257).

A evidência acima sugere que, talvez, o processo de reestruturação e modernização da indústria brasileira não tenha sido acompanhado de significativos ganhos de escala. Um elemento que pode sustentar este argumento é a difusão do processo de *scaling down* observado na reestruturação industrial brasileira dos anos 90. Neste sentido, a reestruturação produtiva no contexto de um crescimento medíocre da produção, tendeu a inibir as possibilidades de ganhos de escala. Elimina-se, assim, o círculo virtuoso que associa aumento de produtividade com expansão da produção, ganhos de escala e incremento da competitividade internacional.

## 8. Conclusões

O Brasil tem perdido competitividade internacional a partir de 1995. Esta perda de competitividade internacional do Brasil não foi ainda maior devido ao efeito positivo do Mercosul. Se considerarmos unicamente o comércio extra-Mercosul, o resultado é uma queda muito mais significativa da competitividade internacional dos produtos brasileiros.

Houve uma significativa redução de competitividade dos produtos manufaturados e básicos (minérios e outros) exportados pelo País. Ao mesmo tempo, houve aumento da competitividade internacional dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil.

O processo de regressão da competitividade internacional do Brasil está associado à perda de competitividade internacional da indústria brasileira, bem como à uma mudança desfavorável no padrão de comércio brasileiro no sentido da reprimarização das exportações. Este fenômeno significa a crescente participação dos produtos agrícolas no conjunto das exportações brasileiras.

Ganhos de competitividade internacional associados à expansão de produtos agrícolas podem significar uma incerteza crítica com relação à evolução da balança comercial e ao processo de ajuste das contas externas. Isto ocorre por várias razões. Os produtos agrícolas são marcados por uma nítida tendência de perda de posição relativa no mercado mundial de bens. Estes produtos mostram um menor dinamismo em termos de crescimento da demanda mundial. O ganho de competitividade internacional do Brasil no mercado mundial de produtos agrícolas deve-se, em grande medida, à melhoria dos preços obtidos pelos produtos brasileiros. Os produtos agrícolas também têm preços com uma maior volatilidade.

Em uma perspectiva de longo prazo, a reprimarização que ocorreu nos últimos anos parece ser uma reversão da tendência de longo prazo experimentada pelo País. Há, assim, uma regressão do padrão de inserção do Brasil no sistema mundial de comércio.

Esta regressão envolve, também, a perda de competitividade internacional do Brasil no comércio mundial de produtos manufaturados. A perda de competitividade internacional e de dinamismo das exportações brasileiras de manufaturados pode ser atribuída, principalmente, à apreciação cambial e às baixas taxas de investimento a partir de 1995. Na medida em que houve “desmantelamento” do aparelho produtivo, as exportações defrontaram-se com maior rigidez da oferta de manufaturados.

O menor dinamismo da exportação dos produtos marcados por ganhos de escala sugere que, na realidade, a reestruturação produtiva, no contexto de um crescimento medíocre da produção, significou uma adaptação regressiva do aparelho produtivo. Assim, eliminou-se o círculo virtuoso que associa aumento de produtividade com expansão da produção, ganhos de escala e incremento da competitividade internacional.

Nos últimos anos o principal problema brasileiro, em termos de desempenho da exportação de manufaturados, ocorre nem tanto pelo lado da demanda (restrição de acesso ao mercado mundial), mas principalmente pelas condições desfavoráveis pelo lado da oferta. Deve-se ressaltar, que nos últimos anos não há evidência de que aumentaram as barreiras tarifárias ou não-tarifárias enfrentadas pelos manufaturados brasileiros nos principais mercados mundiais nos últimos anos. Por outro lado, é conclusiva a evidência a respeito da evolução desfavorável de variáveis que afetam as condições de oferta brasileira, com destaque para a taxa de câmbio (apreciação cambial, volatilidade, incerteza) e para a taxa de investimento (modesta e decrescente).



## Referências Bibliográficas

- BAUMANN, R. E MOREIRA, H. (1987), Os incentivos às exportações brasileiras de produtos manufaturados – 1969/85, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 17, No. 2, agosto, p. 471-490.
- BONELLI, R. E HAHN, L. (2000), **Resenha dos estudos recentes sobre as relações comerciais brasileiras**, Texto para Discussão No. 708, Rio de Janeiro, IPEA.
- CARVALHO, P. G. E FEIJÓ, C. (1999), Uma avaliação do aumento da produtividade no período recente, **Anais ANPEC**, XXVII Encontro Nacional de Economia, Belém.
- CAVALCANTI, M. E RIBEIRO, F. (1998), **As exportações brasileiras no período 1977/96: Desempenho e determinantes**, IPEA, Texto para Discussão No. 545.
- CEPAL (2000), **Nuevas Políticas Comerciales en América Latina y Asia. Algunos Casos Nacionales**, Santiago, Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
- CEPAL (1998), **Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe**, Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
- DIAS, G. E AMARAL, C. (1999), **Mudanças estruturais na agricultura brasileira, 1980-1998**”, em Baumann (org.) (1999), p. 223-254.
- FERRAZ, J. C. *et al* (1999), **Macro/micro interactions: Economic and institutional uncertainties and structural change in Brazilian industry**, Oxford Development Studies, vol. 27, No. 3, p. 279-304.
- FLIGENSPAN, F. B. E BITTENCOURT, J. L. (1999), Balança comercial e capacidade produtiva da indústria de transformação, **Análise Econômica**, Vol. 17, No. 31, março, p. 5-29.
- FONSECA, R. E VELLOSO, E. (1998), **Desempenho exportador da indústria brasileira: elementos para a formação de estratégia exportadora**, Brasília, CNI.
- FUNCEX (2000), Balança comercial e outros indicadores conjunturais, encarte da **Revista Brasileira de Comércio Exterior**.
- GONÇALVES, R. (2000), **O Brasil e o Comércio Internacional. Transformações e Perspectivas** São Paulo, Ed. Contexto.
- HIRATUKA, C. (1999), Estratégias comerciais das filiais brasileiras de empresas transnacionais no contexto de abertura econômica e concorrência global, **Anais ANPEC**, XXVII Encontro Nacional de Economia, Belém.
- IBQP-PR (2000), **Retratos da Produtividade no Brasil**, Curitiba, Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Paraná.
- LACERDA, A. C. (1998), **O Impacto da Globalização na Economia Brasileira**, São Paulo, Ed. Contexto.
- MATTOSO, J. (1999), **O Brasil desempregado**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- MUNIZ, S. (2000), **Sambando em gelo fino. Investimento industrial, capacitação tecnológica e organizacional e competitividade brasileira nos anos 90**, Tese de Doutorado, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, *mimeo*.
- NONNENBERG, M. (1998), **Competitividade e crescimento das exportações brasileiras**, Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão No. 578, agosto.
- OMC (vários anos), Annual Report, Genebra, World Trade Organization.
- PRADO, L. C. (1999), **Brasil, Políticas comerciais e industriais: Evolución y perspectivas**, em CEPAL (2000), p. 147-204.
- SALM, C. , SABOIA, J. E CARVALHO, P. G. M. (1997), Produtividade na indústria brasileira: Questões metodológicas e novas evidências empíricas, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 27, n. 2, p. 377-396.
- SECEX (1999), **Balança Comercial Brasileira**, Rio de Janeiro, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, Edições Aduaneiras.
- ZENDRON, P. (1999), **Exportações brasileiras: Um estudo empírico sobre tendências de longo prazo (1980-1998)**, Monografia, IE-UFRJ, *mimeo*.